



BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NA PERSPECTIVA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

FAMILY BOLSA PROGRAM: A COMPARATIVE ANALYSIS IN THE MUNICIPAL, STATE AND FEDERAL PERSPECTIVE

Nelson Guilherme Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, nelguimachado@hotmail.com

Michel Richard Costa de Quadros, Universidade Federal do Pampa, Brasil, michelrichardcosta_@hotmail.com

Vanessa Piovesan Rossato, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, vanessapiovesan@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo desse trabalho consistiu em analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016. Referente aos investimentos no Bolsa Família os mesmos estão em evolução no contexto nacional, porém, em relação ao contexto do estado e município analisados, houve queda nesse nível de investimento nos últimos dois anos analisados. O número de famílias beneficiadas teve uma queda nos últimos dois anos de análise do nível brasileiro e uma oscilação de aumentas e quedas no contexto do Rio Grande do Sul e de Palmeira das Missões. Já o benefício médio, apesar de pequenas oscilações nos primeiros e últimos anos de análise, nota-se que houve aumento nas três unidades do diagnóstico durante a evolução desse item. Com relação a análise estatística, o benefício médio não apresentou diferenças significativas entre as unidades analisadas, podendo-se afirmar que possui o mesmo resultado entre as categorias analisadas. Sobre as outras duas variáveis analisadas, ou seja, investimentos e número de famílias beneficiadas, houveram diferenças estatísticas, sendo que respectivamente Palmeira das Missões e o estado do Rio Grande do Sul possuem uma menor proporção de investimentos e famílias beneficiadas do que o cenário nacional.

Palavras-chave: Bolsa Família; Programas Socioassistenciais; Famílias Beneficiadas.

Abstract

The objective of this work was to analyze the evolution of the Bolsa Família program in the municipality of Palmeira das Missões / RS, compared to the state of Rio Grande do Sul and Brazil, in the period between 2004 and 2016. but in relation to the context of the state and municipality analyzed, there was a drop in this level of investment in the last two years. The number of families benefited had a drop in the last two years of analysis of the Brazilian level and an increase and fall in the context of Rio Grande do Sul and Palmeira das Missões. The mean benefit, despite small oscillations in the first and last years of analysis, shows that there was an increase in the three diagnostic units during the evolution of this item. Regarding statistical analysis, the mean benefit did not show significant differences between the analyzed units, and it can be affirmed that it has the same result among the categories analyzed. There were statistical differences between the other two variables analyzed, namely, investments and the number of families benefited, and Palmeira das Missões and the state of Rio Grande do Sul have a lower proportion of investments and families benefited than the national scenario.

Keywords: Bolsa Família; Social Assistance Programs; Benefited Families.



1. INTRODUÇÃO

A partir do século XV e XVI com o movimento das Grandes Navegações começou a dar-se início ao processo de globalização, entretanto, sua efetivação despertou destaque em meados do século XX, visto que o uso da tecnologia foi uma ferramenta essencial para os países que detinham desse diferencial (Barros & Melo, 2016). Nessa época o capitalismo, alicerçado com o liberalismo ganha crescimento sendo a propriedade privada e o trabalho assalariado representantes desse modelo. O Brasil também é um país atingido pelo capitalismo, nota-se uma melhora em vários setores do país, no entanto, esses aspectos positivos se contrastam com o aumento da exclusão social das pessoas que não conseguiram acompanhar esse movimento.

Como forma de minimizar os impactos negativos, o governo brasileiro começou a desenvolver programas cujo objetivo era diminuir a discrepância monetária entre as pessoas, fornecendo dinheiro para os indivíduos mais pobres. Essa questão começa a ganhar mais força com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, demonstrando mais atenção com as famílias mais carentes. Assim, cria-se o Programa Bolsa Família (PBF), promovido a partir da adequação de outros programas já existentes em governos anteriores como, por exemplo, Auxílio gás, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Pinto, Coronel & Bender Filho, 2013).

É importante diminuir ao máximo as diferenças de rendimento das classes sociais, visto que disparidades financeiras formam um cenário propício para conflitos e tensão social. Diante disso, programas sociais são ferramentas essenciais para amenizar essas diferenças financeiras, além de certa maneira exigir como compensação que as famílias que recebem o benefício tenham acesso a saúde e alimentação.

Em concordância com o exposto acima, o PBF possui algumas obrigações que são contrapartidas para a certeza de que o dinheiro repassado esteja sendo usado de forma coerente com o objetivo proposto de auxiliar as famílias mais carentes. Além disso, é imprescindível a renovação dos dados dos beneficiados a cada dois anos, além das ações de acompanhamento assistencial das famílias (Peña et al., 2015)

Inúmeras indagações começaram a se sobressair com a crise no Brasil a respeito do valor que é transferido as famílias beneficiadas pelo PBF, entretanto, de acordo com Vieira et al. (2014), na literatura acadêmica são poucos os estudos que discutem os valores repassados para as famílias além do restrito conhecimento de qual a representatividade do montante de recursos para a economia do país. Assim, academicamente essa pesquisa, visa completar algumas lacunas no ramo da pesquisa no que se refere à proporção dos recursos investidos nas cidades, no caso desse estudo o município de Palmeira das Missões - RS.

O município de Palmeira das Missões, foco dessa pesquisa está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em 2006 o governo federal distribuiu R\$ 1,9 milhões para o PBF em Palmeira das Missões sendo 2677 famílias beneficiadas. Já em 2016 o valor chegou a 2,8 milhões em 1778 famílias. Ou seja, um acréscimo de mais de 900 mil para os beneficiados. Revela-se que o benefício médio pago na cidade em 2016 é de R\$ 140,91 (Ipeadata, 2016).

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016. Destaque-se que a escolha de um município para se



comparar a um estado e ao país ocorre devido à escassez de estudos comparativos nesse aspecto para o programa. Diante dessas demonstrações de valores, torna-se vital a importância do programa e quanto ele representa para as famílias beneficiadas, visto que em muitos casos o benefício recebido pelo PBF é a única fonte de renda familiar.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, este artigo está organizado em cinco tópicos. Além desta introdução, encontram-se o referencial teórico, abrangendo as temáticas de políticas públicas e o programa bolsa família. Após isso, desenvolve-se o método tratando-se dos procedimentos adotados para concretização da pesquisa. Em seguida, a discussão de resultados e as considerações finais dando ênfase para as limitações e sugestões de trabalhos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

Uma das preocupações, atualmente, da administração pública diz respeito à implementação de políticas públicas (Brandt, Lavarda & Lozano, 2017). Segundo Jacometti et al. (2016) políticas públicas estão relacionadas com a ideia de desenvolvimento e governança, e suas ações de cunho direcionados à coordenação social e com uma padronização de regras.

Além disso, tratam-se de ações cujo teor político objetiva o desenvolvimento local e setorial, de modo a contribuir de maneira efetiva para a sustentabilidade e crescimento socioeconômico de uma região (Jacometti et al., 2016). Ademais, Brandt, Lavarda e Lozano (2017) trazem como conceito básico para políticas públicas a busca constante do bem-estar da sociedade, por meio de ações, metas e plano que visem demandas sociais prioritárias.

Essas propostas oriundas do poder Executivo são sancionadas pelo Legislativo, o qual tem como responsabilidade sua definição e posterior aprovação. Para Couto e Lima (2016), uma política pública é composta por três elementos fundamentais: objetivos, os instrumentos utilizados para seu alcance e parâmetros destes instrumentos; sendo que os objetivos são os resultados os quais a política pública pretende atingir, os instrumentos são os meios com os quais se atingirá os resultados, e os parâmetros são as especificações detalhadas dos meios utilizados. Nessa dimensão que a busca de eficiência e eficácia se faz presente com maior ênfase, visto que depende desses fatores o alcance do êxito da política pública (Trojbciz, 2017).

No mesmo sentido, Santos e Nunes (2016) ressaltam que estudos sobre políticas públicas na tradição europeia traziam como preocupação apenas o Estado e suas instituições, sem priorizar a avaliação da produção dos governos. Apenas na tradição americana é que a produção dos governos torna-se preocupação central, partindo do pressuposto de que é necessário analisar o que o governo faz ou deixa de fazer. Nos países em desenvolvimento, a necessidade de se discutir o tema visa o crescimento econômico e desenvolvimento, sendo que a redução das desigualdades sociais e da pobreza é um fator preponderante (Fronza & Nogueira, 2015).

Além disso, torna-se importante a constitucionalização dessas políticas públicas, visto que quando são submetidas a regras e procedimentos mais exigentes, trazem consigo uma proteção semelhante aos textos constitucionais, além de uma credibilidade e reverência social maior (Couto & Lima, 2016). Diante disso, as políticas públicas podem ser colocadas em prática com



um caráter "de cima para baixo" por meio das instituições governamentais, investimentos e seus respectivos orçamentos (Santos & Nunes, 2016).

Segundo Brandt, Lavarda e Lozano (2017), o ciclo de políticas públicas possui 7 fases: 1) Identificação do problema - fase na qual se busca a proximidade do estado ideal; 2) Formação de agenda - selecionar as prioridades de acordo com os problemas identificados na sociedade; 3) Formulação de alternativas - fase na qual são formulados métodos e programas que serão desenvolvidos visando as demandas; 4) Tomada de decisão - decisões referentes às prioridades anteriormente definidas e ações escolhidas; 5) Implementação - fase na qual é concretizado o que foi anteriormente planejado; 6) Avaliação - fase que contribui para o aprendizado dos gestores, bem como para analisar as melhorias a serem realizadas. Realiza-se uma análise, visando entender o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou; e 7) Extinção - aqui ocorreu a solução do problema, ou se perde sua importância e necessidade na sociedade.

Para Trojbciz (2017), o contexto econômico também é analisado como elemento ligado ao resultado da política pública, visto que os governos dependem de seu êxito e sucesso das políticas para permanecer no poder. Desde a reabertura política na década de 1980 e com o posterior avanço democrático, criou-se uma demanda crescente da sociedade sobre o Estado e seus serviços, sendo que as políticas públicas agiram como uma variável que incorporou algumas camadas da sociedade civil, antes excluídas, ao Estado (Santos & Nunes, 2016). Com isso, para o desenvolvimento coletivo da política pública é fundamental a participação da população, com vistas a influenciar o processo decisório das ações estatais e facilitar a inserção popular nas decisões políticas e formulação de políticas públicas, bem como trazer mais eficiência às mesmas (Freitas, 2015).

Um dos problemas centrais no capitalismo moderno é a concentração de renda, que causa separação entre as classes sociais. Além disso, a concentração traz uma série de problemas, visto que a parcela mais rica consome relativamente pouco considerando sua renda, e a parcela mais pobre consome proporcionalmente mais, porém, são privados disso devido à sua condição. Isso resulta em uma demanda fraca por bens de consumo, o que desestimula sua produção e indiretamente os bens de investimento (Costa & Gartner, 2017). Tendo em vista essa situação, após a constituição dos Estados modernos, as ações de combate à fome e pobreza passaram a ser preocupação das autoridades, seja por compromisso social, questões de cunho político, ou visando evitar conflitos internos (Pase & Melo, 2017).

A pobreza é preocupação frequente na história da humanidade, visto que é causa e consequência lógica de guerras civis (Pase & Melo, 2017). Em setembro de 2000, 189 nações declararam apoio ao compromisso de combater a pobreza e outros males da sociedade (Costa & Gartner, 2017). Com isso, um dos principais eixos explorados de políticas públicas, segundo Neri (2017), a desigualdade de renda e a pobreza apresentaram queda no Brasil e em países da América Latina, em especial no início do novo milênio, quando programas direcionados à transferência de renda se disseminaram.

Em 1997 apenas 3 países possuíam programas de transferência de renda com o foco em reduzir a pobreza: México, Brasil e Bangladesh. Já em 2008, a lista possuía 28 países. Na América Latina, as políticas públicas criadas no período pós-redemocratização vieram nesse sentido,



enxergando nas políticas públicas o artifício para enfrentar cenários de exclusão social e pobreza (Pase & Melo, 2017).

No que tange às políticas públicas de transferência de renda na América Latina, segundo Pase e Melo (2017), podem ser destacadas o México com o programa Prospera, foi o primeiro país a adotar medidas de combate à pobreza. Criado em 1997, pelo então presidente Ernesto Zedillo se chamava Progresa, e visava apoiar famílias rurais em extrema pobreza. Em 2014, o presidente Henrique Peña Nieto rebatizou o programa com o nome de Prospera, que traz consigo uma série de condicionalidades, como participação das beneficiárias em palestras governamentais sobre saúde, cumprimento do calendário de vacinação e frequência escolar regular nos níveis fundamental, médio e superior;

O Paraguai em 2005 o presidente Nicamor Duarte Frutos criou o Tekoporã, que objetiva quebrar o ciclo de pobreza, mediante transferências monetárias. Baseado no Bolsa Família, atualmente beneficia mais de 100 mil famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O programa acompanha os beneficiários visando o cumprimento das condicionalidades e fornecimento de orientações no que tange ao ambiente família, higiene, alimentação e saúde. A Bolívia em 2006 o presidente Evo Morales para o Socialismo, criou o Bono Juancito Pinto, com foco à melhoria de acesso à educação, promover mobilidade social e reduzir a pobreza. Nessa política pública, o repasse do benefício é realizado anualmente. Uma das críticas ao programa é a ausência de programas e incentivos que facilitem o acesso de mais pessoas, bem como de mecanismos que tragam mais eficiência e uma avaliação detalhada de sua atuação (Pase & Melo, 2017).

O Uruguai criado pelo então presidente Tabaré Vázquez em 2005, o Plano de Atenção a Emergência Social, que consistia, dentre outras intervenções, na transferência de \$54 dólares mensais por um período de no máximo dois anos e nove meses. Em 2012, o presidente José Mujica criou o Cercanías, extensão que desenvolve um trabalho de aproximação, criando assim possibilidade de acesso efetivo aos benefícios, com o principal objetivo na socialização dessas famílias pobres por meio de educação. A Argentina em 2009 a presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner criou o programa Asignación Universal por Hijo, visando melhorar indicadores relacionados com o bem-estar da população (a saber, pobreza, falta de moradia, desigualdade e vulnerabilidade). Como resultado, a política social apresenta dados positivos, visto que crianças mães solteiras e famílias numerosas tem sido alcançada (Pase & Melo, 2017).

No Brasil, a política pública com foco à redução das desigualdades e combate à fome, como citado anteriormente, é o Bolsa Família e que, segundo Coêlho e Fernandes (2017), representou uma inovação em termos de gestão. Os programas de transferência de renda vigentes até então; Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação; foram unificados em um só. A ideia trouxe algumas condicionalidades e objetiva a redução imediata da pobreza por meio da transferência direta de renda e incentivo ao acesso a direitos básicos de educação, saúde e assistência social (Pase & Melo, 2017). Dessa forma, a partir da junção desses programas é que tem surgimento em 2003 o Bolsa Família dentro do contexto brasileiro.

2.2 Bolsa Família

Em um contexto econômico marcado pela crescente proliferação da miséria e consequente desigualdade social, resultado oriundo do sistema capitalista que rege as normas da sociedade, alguns efeitos negativos trazem ainda mais dificuldades para as pessoas de baixa renda. Essa



conjuntura exige que as autoridades tomem alguma atitude capaz de atenuar esses empecilhos relativo as pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Desse modo, a partir de 1996 alguns programas sociais começaram a se difundir, a fim de minimizar as dificuldades financeiras das famílias mais carentes (Monteiro & Ribeiro, 2017).

Alicerçado nisso, tem-se que a propagação de políticas públicas não é algo recente, visto que existem escriturações ainda no século XVIII na Inglaterra de ajuda de modo a garantir o sustento da família. A partir de então vem se moldando de acordo com a realidade a fim de garantir a sobrevivência daqueles que se encontram em situação difícil financeiramente (Padrones., 2015). No Brasil, em razão dessa preocupação, em 1996 os governantes brasileiros iniciaram a efetuação de programas de transferência de renda (Vieira et al., 2014).

Assim, após o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é que iniciaram de forma mais enfática as atenções para os problemas sociais, primordialmente nas famílias com renda baixa e altos níveis de pobreza. Destaca-se que com o surgimento do Programa Bolsa Família, este veio confirmar a ideia do governo de amenizar os problemas sociais presentes nos estados brasileiros (Pinto, Coronel & Bender Filho, 2015).

O Bolsa Família é um programa socioassistencialista construído através da união de outros programas que tiveram origem no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como Cartão-Alimentação, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e o Auxílio-Gás. Desse modo, é considerado como uma das mais importantes ferramentas de transição de renda do Brasil. A avaliação do número de famílias pobres e muito pobres (indigentes) é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo as informações pertinentes às famílias, em cada município, compondo o Cadastro Único para Programas Sociais, monitorado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (Marques, 2013).

Ademais, o Programa Bolsa Família é um auxílio que transfere dinheiro para as famílias mais pobres, cujo objetivo primordial condiz com o combate a pobreza no Brasil, tratando essa escassez financeira como insuficiência monetária, visto que o intuito do programa é amenizar as sérias dificuldades encontradas no seio familiar, proporcionando assim um alívio a curto prazo. Além disso, para que o programa obtenha êxito, algumas condicionalidades são impostas aos beneficiados para certificação que o dinheiro está servindo de desenvolvimento para família (Cavalcanti, Costa & Silva, 2013).

Relativo as contingências do programa, os mesmos dizem respeito aos acordos tratados com as famílias beneficiadas. Assim, no quesito educação exige-se o compromisso dos pais referente a frequência dos filhos na escola que varia de 85% para os alunos que estão na faixa de 6 a 15 anos e de 75% para os adolescentes de 15 a 16 anos. Quanto a saúde verifica-se o acompanhamento do desenvolvimento das crianças até 7 anos (Furtado et al., 2017).

O trabalho de acompanhamento dessas condicionalidades é encarregado do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além de cada município efetuar o cadastro a regulamentação das contingências. Caso, essas contrapartidas não forem realizadas pelas famílias beneficiadas, algumas penalidades serão impostas e se mesmo assim, as irregularidades continuarem acontecendo poderá ocorrer o cancelamento do benefício. Ressalta-se que os motivos pelo descumprimento das penalidades devem ser analisados antes de ser tomada uma atitude de suspensão (Cavalcanti, Costa & Silva, 2013).



O principal objetivo do programa bolsa família é garantir que pessoas com baixa renda tenham acesso a fatores básicos de todo cidadão, como saúde, educação e alimentação. Revela-se que apesar de não ser homogêneo a melhoria na distribuição de renda no país, nota-se alguns efeitos positivos especialmente na redução do índice de GINI (cálculo para medir a desigualdade social), visto que as conclusões de trabalhos realizados nessa área demonstram participação considerável na diminuição da desigualdade (Grings & Leismann, 2016). Frisa-se também que o PBF proporciona um incentivo dessas famílias no consumo local, visto que em muitos casos é a única fonte de renda familiar.

A gestão do PBF é descentralizada, realizada pelo Governo Federal, pelos estados e municípios. O governo transfere o dinheiro para através da Caixa Econômica Federal, repassando para os municípios os valores que necessitam. A quantia de dinheiro é calculada através de Índice de Gestão Descentralizada do Município (IGD-M) (Marques, 2013). O processo de execução do Programa Bolsa Família pode ser representado na Figura 1.

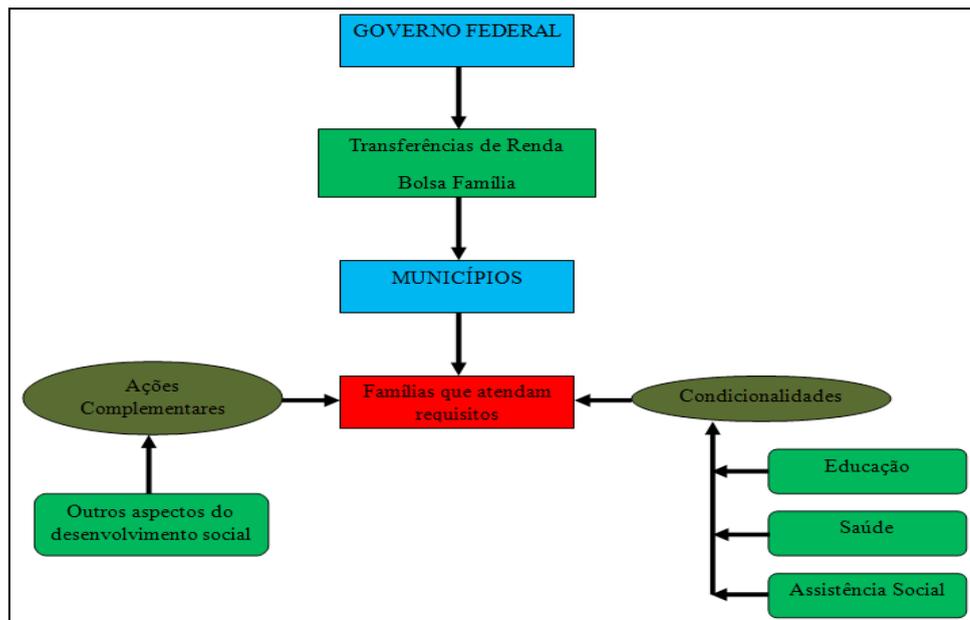


Figura 1- Processo de execução Bolsa Família
Fonte: Pinto, Coronel e Bender Filho (2015).

De acordo com isso, revela-se que no topo da pirâmide de controle que financia a gestão está o Governo Federal. Consequente a isso, o benefício é repassado para os governos estaduais que repassam aos municípios, estes são responsáveis por realizarem o cadastro dos beneficiados, bem como o acompanhamento das condicionalidades, acompanhando as famílias. As famílias para receberem o benefício devem cumprir as contingências que dizem respeito ao acesso a educação e saúde.

3. METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração do estudo foi a pesquisa descritiva, cuja objetivo principal é a descrição e detalhamento das características verificadas em determinada população (MATTAR, 1996). A pesquisa também apresenta um caráter quantitativo, em função de



análises numéricas e estatísticas realizadas, e segundo Fonseca (2006), a pesquisa quantitativa possui foco centrado na objetividade e recorre às linguagens matemática visando descrever e explicar relações entre variáveis ou causas de determinado evento/fenômeno.

Por meio dos dados coletados, foi possível descrever análises estatísticas como porcentagem, variação, média, mediana e desvio padrão. Ademais, outras análises mais apuradas foram realizadas, como as diferenças de mediana entre o nível de investimento do programa Bolsa Família apresentado no município de Palmeira das Missões e o mesmo nível de investimento despendido para o estado do Rio Grande do Sul e no que tange à União.

O período de análise utilizado foi de 2004 a 2016, visando analisar os investimentos no BF desde o início do programa até os dias atuais. Salienta-se que a pesquisa não abrangeu o exercício de 2017 visto que as análises foram anuais e os dados não estavam disponíveis em sua totalidade. Os dados utilizados foram secundários, retirados em pesquisa feita ao Data Social, portal que disponibiliza dados e indicadores das políticas públicas de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de dispor de informações atualizadas do contexto social. Com a coleta de dados, torna-se possível investigar a variação de investimentos, o número de famílias cadastradas no programa e o benefício médio recebido, entre os anos analisados no estudo nas três unidades: Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e União.

Para análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva e teste de hipótese, aplicados pelo software SPSS. A priori, os testes descritivos objetivaram verificar a frequência, média e desvio-padrão das variações. Os três objetos de análise, isto é, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil, podem apresentar diferenças de resultados no que tange às variáveis estudadas que são: investimento do programa, número de famílias beneficiárias e benefício médio recebido por família. Para saber se os tipos de testes a serem utilizados, foi realizado o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

teste de *Kolmogorov-Smirnov*, para testar normalidade dos dados, postulado pela seguinte expressão:

$$D_n = \sup |S_n(x) - F_x(x)| \quad (1)$$

Ao se constatar a não normalidade dos dados, foi realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, que segundo Bisqueria, Sarriera e Martinez (2004), permite verificar a existência de discrepância de mediana entre os grupos

b) teste de *Kruskal-Wallis*, que segue a referente expressão:

$$H = \frac{\left(\frac{12}{N(N+1)} \sum_{i=1}^k \frac{R_i^2}{n_i}\right) - 3(N+1)}{1 - \frac{\sum_{j=1}^g t_j^3 - t_j}{N^3 - N}} \quad (2)$$

O teste de Kruskal-Wallis trabalha testando a hipótese nula pela qual as amostras analisadas são de uma mesma população, ou de populações que possuem a mesma mediana (SIEGEL & CASTELLAN JR, 2006). Destarte, se o teste apresentar resultado significativo (sig <0,05), é sinal de que há diferença de mediana, ou seja, os grupos apresentam comportamentos distintos durante a série estudada e analisada.



4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

Para análise dos investimentos no PBF das esferas escolhidas no período 2004-2016, a Tabela 1 demonstra o investimento total do país e os investimentos no país e nos contextos analisados em relação ao Bolsa Família.

Anos	Brasil (total)	Brasil (BF)	Rio Grande do Sul	Palmeira das Missões
2004	105.818.249.263,80	5.533.257.937,91	211.686.201,00	1.361.737,00
2005	120.460.267.670,41	6.873.978.415,00	279.800.787,00	1.792.919,00
2006	144.827.545.210,56	8.145.378.044,07	314.477.396,00	1.914.139,00
2007	165.034.755.952,71	9.222.092.911,00	336.007.183,00	2.093.049,00
2008	203.766.062.325,61	10.811.168.987,00	364.736.694,00	2.156.391,00
2009	209.364.793.984,53	12.417.041.638,00	425.324.089,00	2.567.839,00
2010	232.587.288.530,76	14.366.015.610,00	483.888.786,00	2.889.671,00
2011	271.460.729.042,01	17.283.104.720,00	568.396.498,00	3.610.241,00
2012	299.878.708.104,98	20.288.877.787,33	657.067.542,00	3.934.250,00
2013	300.885.547.120,27	24.890.107.091,00	756.838.872,00	4.004.804,00
2014	332.672.681.739,68	27.189.725.615,00	793.772.939,00	3.571.372,00
2015	339.744.202.337,16	27.650.301.339,00	774.663.570,00	3.149.859,00
2016	369.408.894.501,04	28.506.168.795,00	747.125.640,00	2.818.823,00

Tabela 1 - Nível de investimento total no Brasil e investimentos no Programa Bolsa Família no Brasil, Rio Grande do Sul e Palmeira das Missões

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Entre os anos de 2004 e 2016, percebe-se que o total despendido para investimentos no Brasil foi de aproximadamente R\$ 105 bilhões em 2004 para quase R\$370 bilhões em 2016, um crescimento de 349,10% no total. Além disso, vale salientar que em todos os períodos analisados houve aumento no total destinado, sendo que a maior taxa de aumento percentual em relação ao ano anterior foi registrada no período de 2008, quando o total foi de R\$ 203 bilhões, aumento de 23,47% em relação ao período de 2007, quando o total atingiu R\$ 165 bilhões. Na linha inversa, o menor crescimento foi percebido no período de 2013, quando o total destinado foi de R\$ 300 bilhões, crescimento de 0,34% em relação à 2012, quando bateu na casa dos R\$ 299 bilhões.

Dentre esse total investido, um determinado montante é destinado ao Programa Bolsa Família. Na análise do presente artigo, percebe-se que o percentual de recursos destinados ao PBF variou dentre o período estudado, sendo que em termos proporcionais o ano de 2013 foi o ano no qual esse percentual foi maior, quando aproximadamente 8,27% do total despendido com transferências foi ao PBF, um total de R\$ 24 bilhões, em um universo total de R\$ 300 bilhões de reais. Destarte, o período de menor participação do PBF no total foi registrado em 2004, no qual apenas 5,23% foi destinado ao Bolsa Família, situação essa que pode ser explicada pelo fato de ser um dos primeiros anos do programa, que com o tempo foi se estabilizando e se tornando em um investimento frequente à gestão dos recursos federais.



Além disso, foi possível perceber que em todos os períodos houve aumento no total investido no PBF, sendo que o período de 2005 apresentou o maior aumento percentual em relação ao período anterior; 24,23%; visto que saltou dos R\$ 5.533.257.937,91 do ano de 2004 para R\$ 6.873.978.415,00 em 2005. Já o período de 2015 apresentou o menor aumento, aproximadamente 1,69%; quando passou dos R\$ 27.189.725.615,00 de 2014 para R\$ 27.650.301.339,00 em 2015. De forma geral, percebe-se que no Brasil há uma linha ascendente no total destinado ao PBF, embora haja variação nos percentuais de crescimento.

No que tange à esse total no Rio Grande do Sul, percebe-se que o estado recebeu um total de aproximadamente R\$ 211 milhões no período de 2004, correspondente à 3,83% do percentual total destinado ao programa no Brasil. Esse percentual de participação apresentou um aumento em 2005, quando o total chegou à R\$ 279 milhões; 4,07% do total. Porém, o mesmo apresentou queda nos períodos de 2006 a 2008, quando chegou a 3,37%; sendo que em 2009 voltou a ser ascendente e atingir 3,43%. Entretanto, nos períodos de 2010 a 2016 houve quedas, sendo que no último período o percentual foi de 2,62% (1,21% a menos se comparado ao primeiro ano, de 2004).

Em valores monetários, o total despendido para o PBF no Rio Grande do Sul foi de R\$ 211 milhões em 2004, e manteve uma linha ascendente até o período de 2014, quando atingiu R\$ 793 milhões. Contudo, nos dois últimos períodos houveram quedas, e o ano de 2016 registrou um total de R\$ 747 milhões. Em termos de crescimento percentual em relação ao período anterior, o maior foi 2005, quando o percentual de crescimento de 32,18% em relação ao período de 2004; saltando dos R\$ 211 milhões para R\$ 279 milhões. Já a queda mais acentuada foi registrada em 2016, quando de R\$ 774 milhões em 2015 houve a queda para R\$ 747 milhões, recessão de 3,55%.

O município de Palmeira das Missões, por sua vez apresentou um montante de R\$ 1.361.737,00 em 2004; 0,64% do total investido no programa no RS. No ano seguinte, o percentual de participação manteve-se o mesmo, apresentando uma queda para o período de 2006, quando o mesmo foi de 0,61%. Essa variação seguiu-se durante os períodos analisados, e apresentou quedas consecutivas entre os períodos de 2011 a 2016, quando de 0,64% chegou a 0,38%.

Analisando sob a ótica dos valores financeiros, percebe-se que nos períodos de 2004 a 2013 houveram aumentos nos totais despendidos, sendo que a partir de 2014 até 2016 ocorreram quedas nos valores investidos em Palmeira das Missões no PBF, seguindo a tendência do estado do Rio Grande do Sul. O maior aumento registrado foi no período referente à 2005, quando houve aumento de 31,66% em relação ao exercício de 2004; saltando de R\$ 1.361.737,00 para R\$ 1.792.919,00. Já a maior queda foi no período de 2015, de aproximadamente 11,80%, quando o investimento total foi de R\$ 3.571.372,00 em 2004 para R\$ 3.149.859,00. Ademais, salienta-se que o maior valor investido no município foi no exercício de 2013, quando atingiu R\$ 4.004.804,00 e o menor foi justamente o primeiro período, R\$ 1.361.737,00 em 2004.

Em relação ao benefício médio mensal recebido pelas famílias, percebe-se que no Brasil o valor inicial foi de R\$ 66,93 em 2004, sendo que apresentou quedas nos dois períodos seguintes, chegando a R\$ 62,62. Porém de 2007 a 2014, o cenário apresentado foi de aumentos no valor, que atingiu R\$ 169,02 em 2014. No exercício de 2015 houve queda e o valor médio foi de R\$ 155,22 reais, sendo que no último exercício analisado voltou a apresentar tendência ascendente, e chegou ao valor de R\$ 181,15 reais. Em termos percentuais de variação, no cenário nacional



o maior aumento foi percebido no período de 2011, quando atingiu o valor médio de R\$ 119,99, crescimento de 23,75% se comparado aos R\$ 96,96 reais apresentados em 2010. Já a maior queda foi percebida em 2015, quando houve queda de 8,16% no valor médio recebido.

No estado do Rio Grande do Sul, o benefício médio recebido pelas famílias beneficiárias do PBF foi de R\$ 61,37 reais em 2004; e apresentou queda de 5,12% no ano seguinte, chegando no valor médio de R\$ 58,23 reais. Entre os exercícios de 2006 e 2014, houveram aumentos que levaram o benefício médio a atingir o valor de R\$ 156,32 reais. Em 2015 houve redução no valor, que foi de R\$ 144,81 reais; sendo que no último exercício analisado o valor médio apresentado foi de R\$ 163,80 reais, o maior valor médio da série. Analisando em termos percentuais, o maior aumento foi percebido em 2011, assim como ocorreu com a nível federal. Nesse exercício houve aumento de 25,60% se comparado à 2010; de R\$ 92,08 nesse exercício para R\$ 115,65 em 2011. Destarte, a maior queda foi registrada em 2015, semelhante ao cenário visto em nível federal. A queda de 7,36% levou a média mensal de R\$ 156,32 de 2014 para R\$ 144,81 no exercício de 2015.

No município de Palmeira das Missões, em 2004 a média mensal foi de R\$ 68,34 reais em 2004, e assim como a nível federal e estadual, apresentou queda para o período seguinte, no qual o valor chegou aos R\$ 58,22 reais. De 2006 a 2012 foi observado um cenário ascendente, no qual se chegou ao valor de R\$ 130,71 reais em 2012. Em 2013 o valor médio apresentou retração e fixou-se em 121,25 reais; porém nos períodos de 2014 a 2016 houveram aumentos, que culminaram no valor médio de R\$ 140,92 reais no último ano do corte temporal. Analisando em termos percentuais, percebe-se que o maior aumento foi percebido no exercício de 2011, quando houve aumento de 25,31% no valor médio em relação à 2010; de R\$ 93,39 nesse período para R\$ 117,03 reais em 2011. A queda mais acentuada, porém, foi percebida no período de 2005, quando houve retração de 14,81% no valor médio, se comparado ao período anterior.

Em relação ao número de família beneficiadas pelo PBF, a Tabela 2 demonstra a evolução dessa questão nos contextos analisados.

Anos	Brasil	Rio Grande do Sul	Palmeira das Missões
2004	6.571.839	290.660	1.751
2005	8.700.445	398.132	2.548
2006	10.965.810	436.169	2.677
2007	11.043.076	410.540	2.483
2008	10.557.996	367.631	2.168
2009	12.370.915	462.966	2.608
2010	12.778.220	453.761	2.814
2011	13.352.306	450.778	2.828
2012	13.902.155	463.519	2.773
2013	14.086.199	455.421	2.375
2014	14.003.441	434.715	2.184
2015	13.936.791	427.939	1.967
2016	13.569.576	379.234	1.778

Tabela 2 - Número de família beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Brasil, Rio Grande do Sul e Palmeira das Missões



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se que de 2004 a 2007 houveram aumentos sucessivos a nível federal, quando saltou de 6.571.839 famílias em 2004 para 11.043.076 em 2007. Em 2008 houve uma retração e o número ficou-se em 10.557.996 famílias, sendo que de 2009 possuíram aumentos sucessivos. Por fim, a queda em 2014 foi sucedida de aumento no período posterior, para voltar ao cenário de queda em 2016, quando os dados indicam que o número de famílias atendidas era de 13.569.576. Em termos percentuais, o maior aumento é percebido no período de 2005, quando houve acréscimo de 32% em relação ao ano anterior. Já a maior queda a nível federal foi em 2014; aproximadamente 4% em relação a 2013.

A nível estadual, percebe-se que até 2006 houveram aumentos o número de famílias, sendo que em 2007 houve queda de 6%, e o número de famílias chegou a 410.540. No exercício seguinte, percebeu-se nova retração, para no ano de 2009 ocorrer aumento. Nos anos de 2010 e 2011, houveram quedas, e o número de famílias ficou-se em 450.778. Houve um pequeno aumento para o período seguinte, porém nos anos de 2013 a 2016 novas quedas apresentaram-se, e o número de famílias chegou à 379.234. No que tange à percentuais, percebe-se que o maior acréscimo ocorreu no ano de 2005, de 37%, e a maior queda ocorreu no último período analisado, quando foi de -11% em 2016.

A nível municipal, percebe-se que Palmeira das Missões apresentou um total de 1.751 famílias beneficiadas em 2004, e em 2005 e 2006 houveram aumento no número, que chegou à 2.677 famílias. Porém nos dois exercícios subsequentes, quedas trouxeram o número de famílias à 2.168, quedas de 7% e 13%, respectivamente. De 2009 a 2011 ocorreram aumentos, porém, desde 2012 até o último ano de interesse do estudo, ocorreram quedas, que culminaram com o número de 1.778 famílias beneficiadas, um acréscimo de 27 famílias se comparado ao primeiro ano da série. Em termos percentuais, percebeu-se o maior avanço em 2005, aproximadamente 46% de acréscimo, que fizeram o número de famílias saltar de 1.751 em 2004 para 2.548 no ano seguinte. Destarte, a maior queda foi percebida em 2013, quando de 2.773 famílias em 2012 chegou à 2.375.

4.2 Análise Estatística

Com o intuito de traçar um panorama sobre o capital designado nas variáveis de investimentos, benefícios médios e distribuição de famílias foi construída um quadro que mensura as hipóteses de Kruskal-Wallis de acordo com o grau de significância. Revela-se que as variáveis que possuem representatividade inferior ou igual a 0,05 têm diferenças consideráveis nos aspectos estudados condizentes as Unidades Territoriais de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil.



Hipótese nula	Teste	Sig.	Decisão
A distribuição de Investimentos é a mesma entre as categorias de Unidade Territorial.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	0*	Rejeitar a hipótese nula.
A distribuição de Benefício médio é a mesma entre as categorias de Unidade Territorial.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	0,604	Reter a hipótese nula.
A distribuição de Famílias beneficiadas é a mesma entre as categorias de Unidade Territorial.	Teste de Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	0*	Rejeitar a hipótese nula.

Quadro 1 - Teste de Kruskal-Wallis

Fonte: Dados da pesquisa 2017. Nota: a significância estatística em 5% para o valor do coeficiente é denotada por *.

O teste de Kruskal- Wallis apresentou significância superior a 0,05 apenas na relação em que a distribuição do benefício médio é o mesmo entre as categorias de cada Unidade Territorial. Esse parecer indica que não existem diferenças estatísticas entre as classes analisadas. Assim, os indícios comprovam que referente à concessão de benefícios médios o mesmo se dá de forma proporcional nas três unidades territoriais, ou seja, tanto em nível municipal, quanto estadual e nacional o oferecimento do auxílio médio do PBF ocorre de forma equivalente.

Denota-se que esse resultado simétrico entre as unidades territoriais é benéfico, uma vez que o auxílio proporciona um acréscimo da renda substancial de forma igualitária nos objetos avaliados. Sabe-se que a conjuntura nacional é marcada por heterogeneidade no território, portanto, assegurar que as famílias beneficiadas tenham promoção dos auxílios de forma regular é um ponto positivo a ser levado em consideração pelo caráter do programa (VIEIRA et al., 2014).

Ainda de acordo com a tabela, o teste de Kruskal-Wallis apresentou significância inferior a 0,05 em duas hipóteses. A primeira delas condiz com a distribuição de investimentos entre as Unidades Territoriais. Os dados elucidam que existem diferenças de investimentos nos contextos de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil. Esse resultado pode ser parcialmente justificado pela necessidade primordial de outras regiões do país de receberem o investimento, como, por exemplo, o Nordeste brasileiro, em que pelo contexto de dificuldades os índices são mais elevados de pobreza e conseqüentemente precisam de maiores investimentos (BARROS; ATHIAS, 2013).

Congruente com esse resultado, a segunda hipótese também apresentou valor abaixo que 0,05 ocasionando disparidades quanto à razão de famílias beneficiadas nos três elementos pesquisados. Infere-se que esse resultado é construtivo em grau municipal, uma vez que se em Palmeira das Missões o número de famílias beneficiadas é diferente, vestígios desses dados permitem considerar, que os grupos familiares desta cidade não necessitam do auxílio do mesmo modo dos outros dois objetos de pesquisa.

Para avaliação do ranking das posições das três unidades territoriais selecionadas, correlacionadas com as variáveis de pesquisa, foi construída uma tabela para fins de esclarecimentos dos resultados. As informações obtidas podem ser visualizadas na Tabela 3.

Variáveis	Ranking da mediana das Unidades Territoriais		
	Palmeira das Missões	Rio Grande do Sul	Brasil
Investimentos	7*	20*	33*
Benefício Médio	17,92	19,69	22,38



Famílias Beneficiadas	7*	20*	33*
-----------------------	----	-----	-----

Tabela 3 - Ranking da mediana das Unidades Territoriais

Fonte: Dados da pesquisa 2017. Nota: a significância estatística em 5% para o valor do coeficiente é denotado por *.

Condizente a primeira variável de estudo investimento, nota-se que a cidade de Palmeira das Missões é a Unidade Territorial que recebe menor valor quando comparada proporcionalmente com as demais unidades de estudo. Em segundo patamar encontra-se o estado do Rio Grande do Sul e em terceiro Brasil.

Referente ao benefício médio observa-se que as diferenças de mediana são sucintas, como foi presenciado no Quadro 1. Nesse sentido, foi possível diagnosticar pelo teste de Kruskal-Wallis visto no Quadro 1 que a distribuição do benefício médio ocorre de forma equivalente nas três unidades de estudo.

Por último, sobre as famílias beneficiadas, identifica-se que a cidade palmeirense é a que menos possui famílias que recebem o benefício quando comparadas proporcionalmente com as demais unidades territoriais. Ratifica-se que esse dado é um ponto construtivo, à medida que conforme Cavalcanti (2013), quanto menos famílias necessitam do benefício, é sinal que o PBF está alcançando seus objetivos de retração e alívio das dificuldades financeiras.

Por conseguinte, referente ao comportamento das variáveis, apenas o benefício médio ocorre de forma proporcional nos três elementos de estudo. Atenta-se que para as outras duas variáveis pesquisadas as Unidades Territoriais seguem o mesmo padrão de colocação, sendo Palmeira das Missões a que menos possui investimentos e famílias beneficiadas. Em segundo lugar o estado do Rio Grande do Sul e em terceiro o Brasil.

Assim, os três termos estão interligados, à medida que se o valor de investimentos em Palmeira das Missões é menor, o senso comum permite identificar que o número de famílias beneficiadas também é inferior. Ao tratar sobre o benefício médio, contata-se que se trata de um padrão, por isso seu valor é semelhante nas três unidades pesquisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família veio a combater uma das principais mazelas que é a desigualdade social. Dentro do contexto brasileiro esse programa veio a tornar-se uma peça importante dentro do cenário político e socioeconômico, além de ao longo dos anos ir aumentando sua amplitude e relevância dentro do contexto atual. A partir disso, o objetivo desde trabalho foi analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016, assim, este estudo objetivou fazer uma análise comparativa entre três entes distintos da administração pública, isto é, município, estado e União.

É possível constatar que os investimentos no PBF estão em evolução no contexto nacional, porém, em relação ao contexto do estado e município analisados, houve queda nesse nível de investimento nos últimos dois anos analisados. Com relação ao número de famílias beneficiadas é possível notar uma queda nos últimos dois anos de análise do nível brasileiro e uma oscilação de aumentas e quedas no contexto do Rio Grande do Sul e de Palmeira das Missões. Referente



ao benefício médio, apesar de pequenas oscilações nos primeiros e últimos anos de análise, é possível avaliar que houve aumento nas três unidades de análise durante a evolução desse item.

Com relação a análise estatística, o benefício médio não apresentou diferenças significativas entre as unidades analisadas, podendo-se afirmar que possui o mesmo resultado entre as categorias analisadas. Em relação as outras duas variáveis analisadas, ou seja, investimentos e número de famílias beneficiadas, houveram diferenças estatísticas, sendo que respectivamente Palmeira das Missões e o estado do Rio Grande do Sul possuem uma menor proporção de investimentos e famílias beneficiadas do que o cenário nacional.

Como limitação desse trabalho destaca-se a falta de estudos que tratem da temática do Bolsa Família por meio de uma análise comparativa entre entes da administração pública bem como uma análise temporal da situação. Além disso, os resultados desse estudo ficam limitados ao período e aos objetivos de análise utilizados. Dessa forma, para estudos futuros sugere-se replicar essa análise com outros municípios e outros estados brasileiros a fim de verificar com mais profundidade outras realidades.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, G. H. I., Roboredo, M. C., Aizemberg, L., da Silveira, J. Q., & Correia Baptista Soares de Mello, J. C. (2012). Uso de análise envoltória de dados para mensurar eficiência temporal de rodovias federais concessionadas. *Journal of Transport Literature*, 6(1), 37-56.
- Barros, V. R. F., & Melo, M. C. O. L. (2016). Empoderamento ou Mudança de Situação Financeira? Um Estudo com Beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21(70), 266-283.
- Bisqueria, R., Sarriera, J. C., & Matínez, F. (2009). *Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Bookman Editora.
- Brandt, J. Z., Lavarda, R. B., & Lozano, M. S. P. L. (2017). Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 51(1), 64-87.
- Cavalcanti, D. M., Costa, E. M., & SILVA, J. D. (2013). Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. *Revista de Economia Contemporânea*, 17(1), 99-128.
- Coelho, D. B., & Fernandes, A. S. A. (2017). Regras importam: determinantes do controle burocrático no Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública-RAP*, 51(5), 689-707.
- Costa, G. P. C. L., & Gartner, I. R. (2017). O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. *Revista de Administração Pública-RAP*, 51(2), 264-293.
- Couto, C. G., & de Lima, G. M. R. (2016). Continuidade de Políticas Públicas: A Constitucionalização Importa?. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 59(4), 1055- 1089.
- Fonseca, J. S. da; Martins, G. de A. (2006). Curso de Estatística (6a ed.). São Paulo: Atlas, livro.
- Freitas, L. O. (2015). Políticas públicas, descentralização e participação popular. *Revista Katálysis*, 18(1), 113-122.



- Fronza, S. C., & Nogueira, V. M. R. (2015). A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária. *Argumentum*, 7(2), 103- 116.
- Jacometti, M., Castro, M. D., Gonçalves, S. A., & Costa, M. C. (2016). Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 50(3), 425-454.
- Marques, R. (2013). Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. *Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política*, 33(2), 298- 314.
- Mattar, F. N.(1996). Pesquisa de marketing. São Paulo: *Atlas*.
- Monteiro, D. A. A., & Ribeiro, E. M. (2017). Avaliação de Políticas Públicas como Indutora de Aprendizagem: Percepção de Gestores Estaduais do Programa Bolsa Família. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(Ed. Especial), 105-130.
- Neri, M. (2017). Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 168-181.
- Licio, E. C., Rennó, L. R., & Castro, H. C. D. O. D. (2009). Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, 15(1), 31-54.
- Pase, H. L., & Melo, C. C. (2017). Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 312-329.
- Peña, C. R., Pinheiro, D. S., Albuquerque, P., & Fernandes, L. M. (2015). A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família . *Revista de Administração Pública*, 49(4), 889-913.
- Pinto, N. G. M., Coronel, D. A., & Bender Filho, R. (2015). Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família. Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. *Desenvolvimento em Questão*, 13(31), 143-172.
- Santos, E. R., & Nunes, M. F. (2016). Capital social e políticas públicas: um estudo comparado no Vale do Rio dos Sinos. *Revista de Administração Pública-RAP*, 50(1), 129- 149.
- Siegel, S., & Castellan Junior, N. J. (1975). Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. *Artmed* Editora.
- Trojbic, B. (2017). Ideias e Economia nas Reformas das Políticas Públicas do Setor de Petróleo Brasileiro: 1995 a 2010. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 767-787.
- Vieira, K. M., Potrich, A. C. G., Campara, J. P., dos Santos Fraga, L., & de Oliveira Santos, L. F. (2016). Investimentos no programa bolsa família: análise comparativa entre Santa Maria, Rio Grande do Sul e Brasil (2004-2013). *Revista IDEAS* 1(1), 198-224.